

Cap. 3 Sobre o melhor Governo em Aristóteles (Parte 1)

Ramiro Marques

Aristóteles dedica grande parte do livro III de *A Política* a estudar as condições, características e natureza do melhor Governo, havendo nele a preocupação de distinguir as formas menos boas de Governo das formas boas e más. Atento à importância da natureza humana e da cultura, o filósofo afirma que “no que diz respeito à arte política, deve-se considerar não apenas qual é o melhor governo, aquele que se deve preferir quando nenhum obstáculo exterior se opõe, mas também aquele que convém a cada povo, pois nem todos são susceptíveis do melhor” (1).

Não há bons governos sem bons legisladores. A estes deve exigir-se a posse das virtudes da inteligência, coragem e prudência. Sem dirigentes virtuosos, não há governo justo, honesto e competente. A inteligência permite ao legislador fazer as leis que melhor convêm aos cidadãos, em determinado contexto. A prudência permite que se façam as leis que as circunstâncias permitam, respeitando sempre o princípio da opção pelo bem maior ou pelo mal menor.

Não é possível discutir as melhores formas de governo sem antes responder à seguinte pergunta: a quem deve caber o exercício da soberania? À multidão, aos ricos, aos homens de bem, ao homem mais eminente quanto ao mérito, ou será preferível um monarca absoluto? Cada uma destas soluções tem vantagens e desvantagens, embora haja algumas formas de governo que apresentam mais prejuízos do que benefícios. Seguindo a teoria do justo meio, Aristóteles opta pelos governos que não pequem nem por excesso nem por deficiência, em função dos critérios da liberdade, da justiça,

da participação na vida política, do mérito e da eficácia na prossecução do bem comum e da vida boa para todos. Oigamos Aristóteles: “Se, por serem superiores em número, aprover aos pobres dividir os bens dos ricos, não será isso uma injustiça? E, se for preciso considerar justo todo decreto que emanar de tal soberano, o que se qualificará de extrema iniquidade? Da mesma forma, se, na totalidade dos habitantes, a maioria decide usurpar os pertences da parte menos numerosa, isto não equivale a desagregar a sociedade?...O mesmo pode ser dito das acções de um tirano. Sendo superior pela força, ele constrange os seus súbditos, assim como a multidão aos ricos. Será justo que algumas pessoas dominem em pequeno número, por serem mais ricas?...Mas apenas os nobres devem governar e possuir toda a autoridade? Se for assim, todos os outros cidadãos permanecerão sem participar dos cargos públicos...Será preferível que só haja um governante e que seja o mais virtuoso? Isto é ainda mais oligárquico e proporciona um número ainda maior de excluídos” (2).

Pelas questões colocadas se pode perceber o quão difícil é a resposta. Aristóteles selecciona um conjunto de critérios para aferir da bondade dos governos. Esses critérios incluem: o grau de liberdade dos cidadãos; o nível e a dimensão da participação dos cidadãos na vida política, enquanto eleitores e enquanto elegíveis para os cargos; o mérito, a inteligência e a excelência dos governantes; a sua capacidade para promover o bem comum e a felicidade dos cidadãos. Assim sendo, Aristóteles opta por formas mistas de governo, na tentativa de incluir os aspectos melhores e a evitar os menos bons. Nesse sentido, procede à distinção entre constituições correctas e desviantes, consoante o Governo é exercido por uma pessoa, por poucas pessoas ou pela multidão. No respeito por esses requisitos, o filósofo estabelece a seguinte divisão:

	Correcto	Desviante
Governo de um só	Monarquia	Tiranía
Governo de poucos	Aristocracia	Oligarquia
Governo de muitos	Politeia	Democracia

Esta classificação em seis partes estabelece o cenário para o inquérito desenvolvido por Aristóteles em torno dos melhores governos. Aristóteles observa que, na oligarquia, o Governo é exercido por poucas pessoas e todas elas têm o atributo de muito ricas; na aristocracia, o Governo é exercido por poucas pessoas, todas elas com o atributo de excelentes em carácter e sabedoria; na *politeia*, o governo é misto, ou seja, é exercido por muitas pessoas, a maioria das quais da classe média, ou seja com a propriedade, rendimentos, educação e tempo livre suficientes para se poderem dedicar à vida política (*A Política*, III. 8 e IV. 11).

Os governos desviantes são os que se encontram nos extremos. A tirania é o pior dos regimes. Contudo, quer a oligarquia quer a democracia não estão isentas de críticas por parte do estagirita. Aristóteles critica a oligarquia por afastar da governação e das magistraturas a classe média e os pobres, não havendo qualquer garantia de que os mais ricos sejam os melhores e os mais excelentes. A crítica à democracia incide sobre a falta de preparação e de tempo livre de uma grande parte dos pobres que, submersos pelas actividades braçais diárias e sem educação, não revelam competência para os assuntos do governo. A democracia fica, portanto, refém dos demagogos e sujeita ao poder da inveja e da cobiça do alheio. Quando os pobres estão em maioria e ocupam o governo corre-se o risco de se praticarem injustiças tão flagrantes quanto as cometidas pelos oligarcas, havendo o perigo de usurpação dos bens dos mais ricos por parte da multidão. É por isso que, por vezes, a democracia é o caminho mais curto para a tirania.

Voltaremos a este assunto no capítulo seguinte.

Notas

- 1) Aristóteles (2001). *A Política*. S. Paulo: Martins Fontes, 145
- 2) Idem, 150

Webgrafia

<http://plato.stanford.edu/entries/aristotle-politics>